

DISCURSO

DA PROFESSORA GUIOMAR NAMO DE MELLO
POR OCASIÃO DE SUA POSSE NO CARGO DE
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO, A 17 DE MARÇO DE 1983

É significativo que tenha sido escolhida como nova Secretária de Educação do Município de São Paulo uma professora universitária com sólida carreira e amplo prestígio como pesquisadora na área da educação: isso parece sugerir que um novo conceito de competência começa a orientar nossos governantes na escolha de seus auxiliares.

É significativo que uma professora universitária e pesquisadora em educação tenha aceito a indicação para assumir diretamente a orientação e gerência das ações governamentais na área educacional: o que parece sugerir que os intelectuais começam a valorizar outros meios para sua atuação social.

Por isso, temos como um privilégio poder publicar em nossa revista o texto que tão bem assinala e explica esse encontro significativo: o discurso de posse de Guiomar Namo de Mello é um documento ao mesmo tempo lúcido e emocionado de quem vislumbra em novas trilhas o prosseguimento de sua rota de profissional da educação.

Neste 2º semestre de 83, minhas aulas na PUC são às 5^{as} feiras. Por isso, hoje, a presença da Secretária aqui representa a ausência da professora lá. Se começo com esta observação – até um pouco incômoda – é porque ela traz presente a minha condição de professora. Considero que só desempenharei a contento a pesada tarefa que ora assumo, se não perder de vista, em nenhum momento, o fato de que antes de tudo sou uma professora e uma educadora.

Neste sentido é para mim um privilégio receber este cargo das mãos de um educador. Quero aproveitar o momento para expressar ao Prof. Jair de Moraes Neves o meu maior respeito, se ele me permite, como companheiro de profissão, apesar das divergências de postura que possam existir entre nós, e das críticas que, talvez, eu tenha necessidade de fazer à administração que se encerra.

Não deixar que a educadora se anule ou se dilua nos embates políticos e administrativos implica em levar adiante os compromissos que venho assumindo ao longo de quase duas décadas de atuação na área.

Não chego aqui sozinha, mas comprometida e solidária com toda uma geração de educadores que há 18 anos vêm resistindo ao arbítrio e ao autoritarismo. Longe estamos de constituir um grupo homogêneo, mas temos um traço comum que é mais forte que nossas diferenças: queremos construir uma sociedade democrática neste país e acreditamos, com a maior convicção, que a educadora tem um papel a desempenhar nesse projeto, desde que ela vá ao encontro das camadas desfavorecidas de nossa população.

Por isso lutamos pela organização de partidos políticos mais populares e democráticos, e nos engajamos na disputa eleitoral. Por isso nos organizamos em enti-

dades educacionais, realizamos conferências, fizemos seminários, e também escrevemos livros. Agora, chegou o momento de assumirmos um papel de decisão nesse processo de democratização do país.

Sinto-me honrada por ser aquela dentre nós que irá ocupar o assento da Secretaria de Educação da 5ª maior cidade do mundo. Mas sinto-me também preocupada com a seriedade e a enormidade dessa tarefa. Sei que esperanças e apostas se concentram sobre esse trabalho e o que me conforta é saber que conto com a solidariedade de meus companheiros de caminhada.

Não chego aqui sozinha. Assumo este cargo sob a confiança de um governo que, por sua vez, foi depositário da confiança de 5 milhões de paulistas. Eu, como outros do PMDB que poderiam estar à cabeça desta Secretaria, não somos apenas educadores, mas também militantes de um partido que tem o orgulho de entrar nos Palácios e Gabinetes do poder pela mão do voto popular. Não pode estar sozinha quem desfruta desse privilégio. Mas, por isso mesmo, ainda é nosso dever cumprir aquilo que prometemos. Quem recebe um mandato do povo, por ele deve ser cobrado.

Não chego aqui sozinha, mas com o apoio e a simpatia de muitos educadores que trabalham nesta Secretaria. Tanto dos companheiros que já trabalharam mais perto de mim, como de todos os que atuam nas escolas e em outras instâncias da administração. E principalmente de todos os que esperam do nosso governo o fim dos desmandos clientelistas, dos enquistamentos, dos privilégios, do autoritarismo, e a instalação da austeridade e da justiça. Estou consciente de quanto é importante correspondermos a essa saudável expectativa.

Não chego aqui sozinha, mas com Mello, companheiro dos mesmos compromissos, cuja presença e solidariedade são também um privilégio.

É em resposta a esses compromissos todos que quero deixar aqui registradas algumas diretrizes básicas que pretendo imprimir à gestão da coisa pública na Educação Municipal.

A educação pública e gratuita é dever do Estado e direito do cidadão. No âmbito do município, dispomos de uma rede de pré-escolas e escolas de 1º grau maior do que a de muitos estados deste país. Apesar dos graves problemas que essa rede apresenta, estou convencida da possibilidade de realizarmos nela um trabalho educacional sério. Envidaremos nossos esforços no sentido de dar à população desta cidade, especialmente aos setores populares mais desfavorecidos, não qualquer escola, mas a melhor que nossos recursos permitirem. E faremos isso com o empenho e a emoção de quem fez da importância política da escola básica sua bandeira de luta.

Partimos do princípio de que toda criança é capaz de ter acesso ao conhecimento desde que lhe sejam dadas condições para aprender. Grande parte dessas condições podem ser criadas na escola e, se preciso for, reinventaremos essa escola, de modo que, ao descobrir o avesso de seu avesso, possamos colocá-la no direito.

É minha crença que do lado direito da escola encontraremos inscrito que só uma coisa justifica a existência desta Secretaria: oferecer o melhor ensino possível à população. Por isso, só dois elementos justificam

a existência da administração e corpo técnico: o aluno e o professor. É para eles que devem convergir todos os esforços; é por causa deles, para apoiá-los e auxiliá-los, que existe todo o resto.

Ao magistério municipal quero dizer que esta administração fará do atendimento ao professor não apenas uma prioridade mas um ponto de honra. Isso não é uma promessa abstrata. Envolve a mudança na atitude de quem se relaciona com o professor na administração direta, passa pelo respeito às entidades do magistério e chega a medidas de maior monta, dentre as quais eu destacaria as seguintes:

- o provimento de melhores condições materiais de trabalho nas escolas;
- a democratização das relações dentro da escola;
- a revisão da carreira, de forma a que o professor usufrua de vantagens compatíveis com seu desempenho e tempo de serviço, enquanto professor, sem precisar, caso não queira, entrar numa corrida de obstáculos para galgar cargos considerados "superiores";
- a realização de concursos para todas as funções e cargos, aos quais o professor poderá concorrer.

Não quero fazer promessas levianas mas comprometer-me a ser, no âmbito da Administração Municipal, defensora da necessidade de revalorização do servidor, do qual o professorado constitui mais de um terço. Empenharei minha credibilidade — se preciso for — para que, dentro dos recursos existentes e consideradas as demais prioridades deste governo, a remuneração do professor seja mais compatível com a relevância social e a dimensão política da tarefa de ensinar.

Se a escola é direito do morador desta cidade, será preciso que a população nela se faça presente, respeitada e ouvida. Isso por sua vez pede a presença, em cada escola, em cada Delegacia de Ensino, e em todas as instâncias da Secretaria, do educador sensível às necessidades dessa população, aberto para interagir com ela, disposto a entender, encaminhar e atender seus reclamos. Acredito que os educadores do Município de São Paulo podem e querem executar tal proposta. Estou disposta a debatê-la e defendê-la nos limites de minhas possibilidades. Quero que os responsáveis pelos órgãos de decisão se façam presentes no cotidiano da escola. Devemos fazer juntos este caminho.

Mas também devo dizer que o governo do PMDB tem um compromisso, com o povo de São Paulo, de abrir espaços para a participação, de democratizar as relações do poder público com a população. E que estaremos vigilantes quanto ao cumprimento desse compromisso.

Esse processo de participação não dispensa, ao contrário, solicita, que o aluno seja sujeito de um processo de ensino conduzido do modo mais sério e competente que nos for possível. O entrosamento dos órgãos executivos e técnicos da Secretaria deve ser tal que, longe de transformar cada instância administrativa em um feudo de poder, tenha como ponto de convergência o melhor atendimento pedagógico da clientela.

Participação, democratização e trabalho técnico comprometido com a criança da maioria de nossa po-

pulação: eis o tripé que deverá orientar a condução desta Secretaria.

Faremos o que pudermos, nos limites da lei e dos recursos disponíveis, para imprimir tais diretrizes a nossa administração. Interviremos na estrutura administrativa, nas formas de provimento dos cargos, nas orientações existentes, não por exigências arbitrárias, mas por exigências do projeto político-educacional que essas diretrizes sustentam.

É por isso também que precisaremos, no curto prazo, realizar um levantamento minucioso dos múltiplos aspectos da máquina administrativa da Secretaria. É indispensável que a população de São Paulo saiba, em todas as áreas do poder público, como se encontra a cidade que o PMDB está recebendo, para que possamos prestar contas, ao final de nosso mandato, da austeridade e da seriedade que procuraremos adotar.

Quero lembrar também que o voto popular nos dá legitimidade para implementar as medidas que nosso projeto exige — mas não nos dá varinhas de condão. Não somos mágicos, e se atuarmos com a pressa de quem resistiu e sobreviveu soberanamente ao arbítrio, não atuaremos às pressas, com ligeireza ou leviandade.

As mudanças virão no ritmo necessário para que sejam decididas com ponderação e senso de justiça. Não chegamos com amargor e sim com vontade de trabalhar a sério. Com a leveza de quem vem para somar e não dividir, construir e não destruir.

Por isso, e começando a concluir estas palavras, quero lembrar que austeridade não deve ser sinônimo de sisudez nem de infelicidade. Aos meus companheiros de equipe e a todos que estiverem dispostos a participar deste projeto educacional — e creio que são a maioria —

gostaria de transmitir a mensagem de nossos cantores populares: é preciso fazê-lo com emoção, não ter vergonha de ser feliz e cantar a beleza de sermos sempre aprendizes da educação, reinventando nossas práticas, aprendendo com nossos erros. Em resumo, trabalhar de modo que a nossa emoção sobreviva.

Dos meus companheiros que permanecem na pesquisa e na Universidade, atividades que não deixam sem uma certa tristeza, espero aquilo que só o trabalho intelectual pode fazer: a crítica. Rigorosa, radical e de conjunto. Espero, não o aplauso gratuito. Nem o preciosismo com o qual nós intelectuais costumamos julgar os administradores. Mas a crítica que vá à raiz e que leve em conta a totalidade dos fatores envolvidos em cada situação.

E às crianças de nossas escolas, a seus pais, moradores de São Paulo, nossos interlocutores mais importantes, gostaria de resumir algumas palavras mais. O governo democrático do PMDB sabe que nas periferias, nas favelas e cortiços desta cidade e de outros centros urbanos do país, está-se forjando uma nova dinâmica social, e um novo cidadão urbano.

Nós gostamos de São Paulo por causa disso também, pelas suas contradições e desafios. Caetano Veloso carinhosamente a chamou de SAMPÁ, e ao novo cidadão, de "novo baiano". Da minha parte, e no que me compete, gostaria de dizer que farei o impossível para que o pequeno novo baiano de São Paulo se torne social e intelectualmente preparado para participar de sua vida econômica, para organizar com autonomia suas próprias práticas sociais e políticas e — por que não? — para passear sob nossa garoa e "curtir" esta cidade, "numa boa".